



SÉRIE DE ESTUDOS

Governo Digital



Apresentação Monitor da Democracia

O Instituto Monitor da Democracia é um think tank com o objetivo de gerar ideias, conhecimentos, reflexões, estudos, pesquisas e em temas estratégicos para o fortalecimento da democracia e monitoramento de ações em países antidemocráticos.

Criado em 2021, o Monitor da Democracia defende o fortalecimento dos pilares essenciais de um sistema democrático. A missão do Instituto Monitor da Democracia é monitorar ações em países antidemocráticos, informar a população sobre os assuntos acerca do tema e realizar pesquisas e ações que garantam o fortalecimento da democracia exercendo influência na elaboração das políticas públicas. Para isso, investimos em programas de formação acadêmica, como centro de pensamento e desenvolvimento de ideias, com a promoção de estudos, observatórios, palestras, podcasts, publicação de livros e séries documentais.



Sumário

| | |
|--|----|
| 1. Introdução | 4 |
| 2. Desenvolvimento | 5 |
| 2.1 Governo Digital: o que é | 5 |
| 2.2 Governo Digital: quais são os serviços | 6 |
| 2.3 Relevância de iniciativas de governo digital | 8 |
| 2.4 Governo Digital no Brasil | 10 |
| 2.4.1 Legislação no Brasil | 14 |
| 2.5 Governo Digital no Mundo | 16 |
| 3. Considerações finais | 23 |



1. Introdução

A tecnologia tornou-se crucial para o trabalho remoto, o ensino à distância, a manutenção das economias e das operações governamentais. Nesse âmbito, a automação e a entrega de serviços digitais são essenciais para a sustentabilidade de muitas operações governamentais, por todo o mundo.

Através desses avanços na tecnologia, um novo método de fazer administração pública surge. Conhecido como "Governo Digital", utilizam-se plataformas tecnológicas para fornecer mais serviços ao público em geral, facilitando processos, alinhando o digital com as prioridades políticas e melhorando a agilidade nos modelos operacionais.

Com tantos benefícios, os setores públicos por todo o mundo, vem aumentando investimentos em soluções digitais para melhorar sua gestão. O governo digital promove a qualidade dos processos e aproxima os órgãos governamentais da sociedade, com mais agilidade e transparência.

Além disso, a implementação de novas tecnologias na administração pública beneficia cidadãos, trabalhadores e funcionários do governo ao democratizar o acesso aos serviços e acelerar o atendimento à demanda.



2. Desenvolvimento

2.1 Governo Digital: o que é

Os serviços de governo digital, também conhecidos uma vez como *govtech*, são definidos como a prestação de serviços dentro do governo e entre o governo e o público em geral, usando tecnologias de informação e comunicação.

A ideia de governo digital corresponde a mudança fundamental na forma como todos os governos do mundo estão cumprindo e gerenciando suas atividades e, assim, este novo método de fazer administração pública faz uso de plataformas tecnológicas para fornecer mais serviços ao público em geral.

O setor público tem aumentado os investimentos em soluções digitais para melhorar a gestão, promovendo a qualidade dos processos e aproximando os órgãos governamentais da sociedade. Essa implementação de novas tecnologias na administração pública beneficia cidadãos, trabalhadores e funcionários do governo ao democratizar o acesso aos serviços, acelerar o atendimento à demanda e aumentar a transparência das informações.

O governo digital é a aplicação das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) em todas as áreas que compõem a administração pública. Dessa forma, o governo passa a disponibilizar diversos recursos públicos para os cidadãos, utilizando os recursos digitais de forma mais flexível, dinâmica, interativa e direta.



Com esses avanços, os cidadãos podem realizar uma grande variedade de serviços, apenas utilizando um computador ou dispositivo móvel. Atualmente, essas facilidades contribuem com o bem-estar social e deixam o atendimento presencial para casos bem específicos e cada vez mais esporádicos.

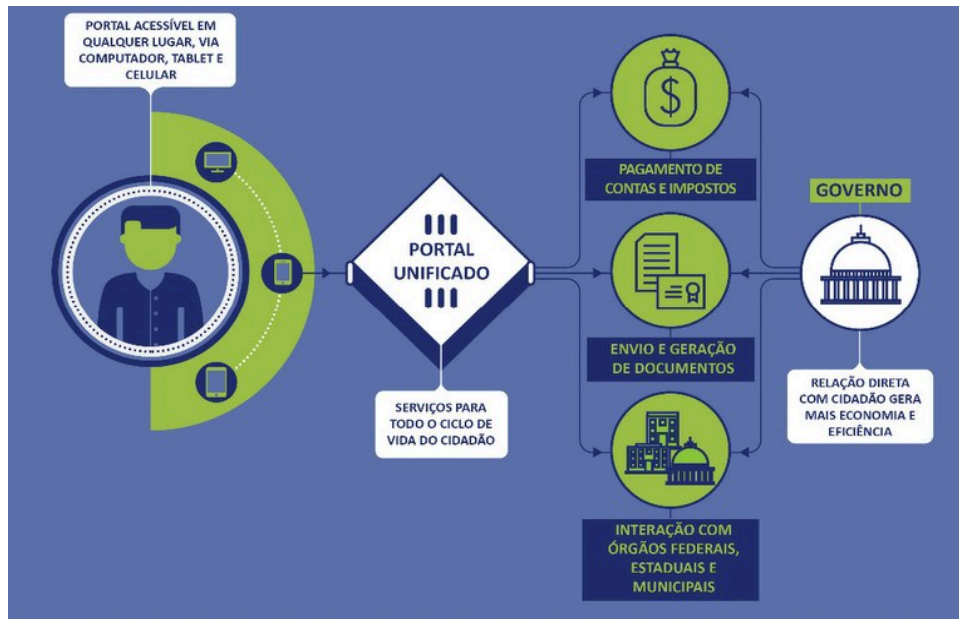
2.2 Governo Digital: quais são os serviços

Os serviços digitais comuns vão desde o preenchimento de declarações fiscais até a renovação da carteira de motorista e acesso aos demais documentos de identificação. Atualmente, em países que adotam o este sistema, quase qualquer forma ou serviço do governo pode ser fornecido digitalmente.

Antigamente e tradicionalmente, os serviços do governo eram fornecidos individualmente por departamentos separados em vários locais, frequentemente usando formulários de papel. Com esses avanços, o governo passa a ministrar informações e serviços aos cidadãos por meio de serviços digitais a qualquer momento, em qualquer local e em qualquer dispositivo.

Os governos estão ampliando o poder da tecnologia da informação de maneiras profundamente transformadoras, desde o estabelecimento de metas administrativas mensuráveis até a melhoria da prestação de serviços públicos. Consequentemente, a tomada de decisão baseada em dados, garante maior responsabilidade e transparência dentro do governo, fomentando uma maior confiança dos cidadãos.

Os serviços governamentais digitais liberam o tempo da equipe para outros projetos críticos ao não exigir que os funcionários esperem ao telefone ou se sentem em uma mesa para iniciar um aplicativo ou processo. A gama de serviços do governo digital pode ir desde a renovação de licenças comerciais até ao pré-preenchimento de declarações fiscais, e assim por diante. A maioria dos processos governamentais que podem ser disponibilizados online são considerados serviços governamentais digitais.



Fonte: Google Imagens – Fluxograma Governo Digital

No entanto, fornecer serviços digitais envolve muito mais do que apenas tornar os formulários acessíveis, de maneira online, para toda a população. Os governos locais devem levar em consideração as necessidades exclusivas de seus constituintes e prestar muita atenção à digitalização dos serviços que são mais usados ou buscados pela sociedade.

Dessa forma, ainda existem diversos desafios que permeiam o governo digital, alguns deles são:

- **Diversidade de setores:** com uma ampla diversidade de setores, como o poder público e organizações privadas, há uma dificuldade em estruturar uma estratégia que abranja todas as atividades de cada setor, além de fazer com que os processos sejam comunicados automaticamente com todos os setores responsáveis.
- **Questões culturais:** Há uma dificuldade na aceitação, por parte da população e governos tradicionais, de novas tecnologias. Comumente, é necessário mostrar os diferenciais e vantagens em mudar as práticas anteriores em curso, para que a proposta seja bem recebida por todos.



- **Financiamento:** Os desafios de financiamento frequentemente indicam um ou mais problemas, como estratégias isoladas e os gastos com a tecnologia a ser aplicada, como despesas operacionais.
- **Lacunas de habilidades digitais:** Dificuldade em encontrar habilidades especializadas essenciais em áreas como arquitetura corporativa, segurança cibernética, nuvem, análise e design de experiência do usuário que são necessárias para programas de transformação digital bem-sucedidos, mas geralmente faltam no governo.
- **Recursos:** A falta de acesso a recursos especializados para negócios ou projetos é frequentemente resultado direto de prioridades desalinhadas, decisões apressadas, desafios culturais e falta de conhecimento digital no nível executivo.

2.3 Relevância de iniciativas de governo digital

O objetivo do governo digital é produzir, melhorar e revolucionar os serviços governamentais, através da utilização de dados e tecnologia digital. Os principais beneficiários dos serviços governamentais digitais são os cidadãos. Muitos membros da comunidade desejam ter acesso rápido e conveniente aos serviços de que precisam, onde quer que estejam. Não apenas isso, mas com o auxílio da tecnologia digital, os cidadãos querem poder solicitar informações de seus órgãos governamentais com facilidade.

As iniciativas de governo digital têm o potencial de aumentar o engajamento cívico e a participação da comunidade. As vantagens dos serviços digitais do governo não param por aí, pois os governos que movem seus serviços on-line geralmente veem benefícios que vão muito além de uma melhor prestação de serviços e envolvimento da comunidade.

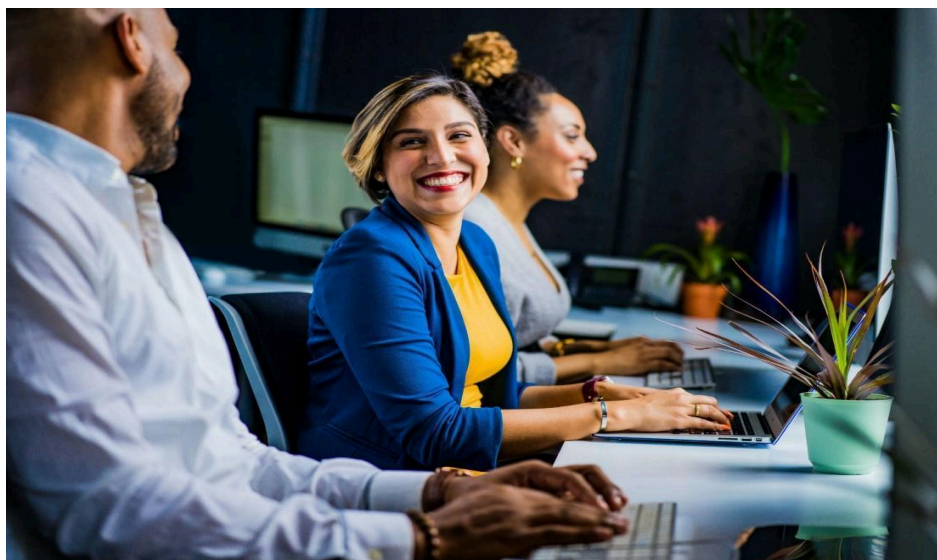
Alguns dos diversos benefícios da implementação de serviços digitais incluem:

- **Melhores experiências de utilização de serviços:** Com a implementação de serviços governamentais digitais, os governos podem realizar mais com



menos esforço, e servir melhor seus cidadãos do que poderiam se continuassem a depender de formas de serviço mais convencionais.

- **Otimização do tempo:** Através da implementação de processos digitais acessíveis à toda a população, o governo deixa de investir em um sistema burocrático, lento e caro, passando a alocar gastos e, assim, otimizar os processos de atendimento, que passam a ser mais rápidos e ágeis, tanto para o governo, quanto para os cidadãos.
- **Maior participação popular:** A partir da estratégia digital, a população passa a participar mais das atividades governamentais, bem como acessar dados de pagamentos e direcionamento de verbas, gerando mais transparência entre os entes públicos e os cidadãos.
- **Maior eficiência interna e produtividade:** Isso ocorre, pois, os funcionários do governo têm mais tempo para se concentrar em tarefas vitais, em vez de tarefas árduas e demoradas, como organização de papéis.
- **Melhor cooperação entre departamentos:** Essa melhora na comunicação ocorre, pois, documentos vitais podem ser facilmente acessados e compartilhados em um repositório digital, entre diferentes departamentos.
- **Custos de trabalho reduzidos:** Custos trabalhistas reduzidos e o uso de papel em serviços governamentais digitais podem ajudar a eliminar fluxos de trabalho baseados em papel, economizando dinheiro do governo e beneficiando o meio ambiente.
- **Mais inovação:** Com a inovação no serviço público, é possível manter-se competitivo, estar antenado às tendências, aumentar a eficiência e o retorno sobre os investimentos.



Fonte: Google Imagens – Servidores Públicos

É fundamental enfatizar que as organizações que fazem a transição dos serviços tradicionais para os digitais veem benefícios além da prestação de serviços. Sem conexão com um telefone ou central de atendimento, a equipe do governo fica livre para considerar e tomar medidas proativas sobre outras iniciativas estratégicas. Por exemplo, eles podem gastar tempo simplificando os processos de aprovação e aquisição, melhorando os procedimentos de contratação e incorporando padrões tecnológicos.

2.4 Governo Digital no Brasil

O desenvolvimento que levou ao governo digital atual do Brasil começou em 2000, através do Programa de Governo Eletrônico (e-gov ou e-governo), que buscou novos modelos de governança por meio do uso de tecnologias de informação e comunicação (TIC) para melhorar a qualidade e eficácia da prestação dos serviços públicos.



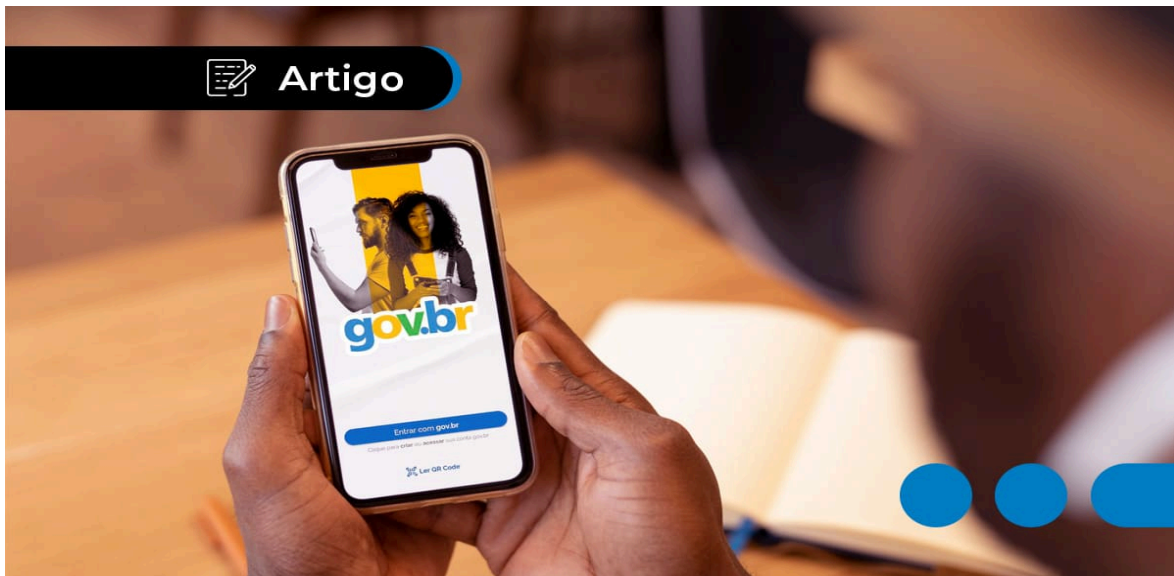
Serviços para você

| RECOMENDADOS | MAIS ACESSADOS | DESTAQUE |
|---|---|--|
| <ul style="list-style-type: none">Certificado Nacional de Vacinação COVID-19Obter passaporte diplomático ou oficialInscriver ou atualizar CNPJObter PassaporteObter passaporte brasileiro no exteriorConsultar certidões de regularidade fiscal emitidas | <ol style="list-style-type: none">Consultar CPFReceber o Abono SalarialConsultar e solicitar a devolução de Valores a ReceberConsultar restituição do imposto de rendaObter a Carteira de TrabalhoEmitir certidão de regularidade fiscal | <ul style="list-style-type: none">Viagens e Turismo<ul style="list-style-type: none">Declarar bens para viagem internacional (DBV)Saúde e Vigilância Sanitária<ul style="list-style-type: none">Solicitar apoio aos povos indígenas em situações emergenciaisCultura, Artes, História e Esportes<ul style="list-style-type: none">Bolsa AtletaAssistência Social<ul style="list-style-type: none">Centro de Referência para População em Situação de Rua (Centro POP) |

Fonte – Gov.br

Desde então, o governo brasileiro passou a desenvolver e implementar diversas políticas públicas para melhorar seu funcionamento diário, bem como para ampliar e agilizar sua oferta de serviços públicos. Foram iniciados o Comitê Executivo do Governo Eletrônico (CEGE) e o Comitê de Política de Governo Eletrônico do Executivo Federal. As duas medidas centraram-se na atividade eletrônica governamental, bem como na promoção do acesso online a serviços e na implementação de medidas digitais.

Em 2004, foram estabelecidas novas diretrizes para a iniciativa de governo eletrônico e também foi criado o Portal da Transparência. Essas ações visavam estimular a inclusão digital da população, a gestão do conhecimento e a governança integrada.



Fonte - Aplicativo Gov.br

Em 2016, foram publicados três importantes decretos. O primeiro passo foi o estabelecimento da Política de Governança Digital pelo Decreto nº 8.638/2016. Então, em maio, foi publicada a Lei 8.777/2016, que institui a Política de Acesso a Dados do Executivo Federal. Por fim, a Plataforma Cidadania Digital foi instituída pelo Decreto nº 8.936/2016.

A "Estratégia Digital do Governo" do Governo Federal, visa digitalizar totalmente todos os serviços públicos para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos nos Estados e Municípios. A Estratégia traça o caminho para um governo totalmente digital, onde os dados e a tecnologia sustentam políticas e serviços públicos de melhor qualidade, com o objetivo final de reconquistar a confiança dos brasileiros. Também incentiva que estados e municípios ampliem a oferta de serviços digitais e ajudem a encerrar de vez a era do papel. Após a chegada da pandemia de Covid-19, em 2020, permitiu uma avaliação mais clara da necessidade de notificar instituições e serviços.

A Lei 14.129/2021, que dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital, inclui diretrizes que visam desburocratizar o governo e ampliar o acesso da população aos serviços e aumentar a eficiência pública.

De acordo com o relatório da ONU (Organização das Nações Unidas), chamado de "Estratégia brasileira para a transformação digital", a digitalização dos serviços tem um enorme potencial para desburocratizar, ajudar a economia e aumentar o PIB. Com a implementação da Lei de Governo Digital, prevê-se que em breve o Brasil avançará, ainda mais, na digitalização dos serviços e que estes estarão a poucos cliques de distância, de qualquer pessoa em território nacional.



Fonte: Estratégia brasileira para a transformação digital - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Além disso, tendo em vista as mudanças pelas quais o setor privado passou na última década em termos de melhoria de processos, como a adoção de tecnologias adaptadas às necessidades do consumidor e experiência do usuário, em comparação, o setor público ainda precisa atingir alguns padrões, principalmente aqueles relacionados à integração de processos, que as empresas líderes do setor estão estabelecendo. Ou seja, mesmo levando em conta a transformação digital e a



modernização do estado, sabemos que o Brasil ainda tem um longo caminho a percorrer.

Como resultado das vantagens do processo de implementação do "Governo Digital" em qualquer uma das esferas federal, estadual e municipal, o Brasil poderá oferecer aos seus cidadãos agilidade na prestação de serviços públicos, melhoria da administração pública, redução de custos para o Estado brasileiro e sustentabilidade nas atividades públicas.

As inovações na administração pública, principalmente na interação direta com o público, além de estimular maior interação com empresas e indústrias, foram possibilitadas pelo desenvolvimento e implantação do governo eletrônico, integrado ao crescimento e uso da internet.

2.4.1 Legislação no Brasil

Abaixo, encontram-se, algumas das principais leis e decretos que regulamentam o governo digital no Brasil:

- **Decreto nº 10.782, de 30 de agosto de 2021:** Altera o Decreto nº 9.319, de 21 de março de 2018, que institui o Sistema Nacional para a Transformação Digital e estabelece a estrutura de governança para a implantação da Estratégia Brasileira para a Transformação Digital.
- **Decreto nº 10.748, de 16 de julho de 2021:** Institui a Rede Federal de Gestão de Incidentes Cibernéticos.
- **Lei nº 182, de 1 de junho de 2021:** Institui o marco legal das startups e do empreendedorismo inovador; e altera a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
- **Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021:** dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública e altera a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), a Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, e a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017.

- **Decreto nº 10.641, de 2 de março de 2021:** Altera o Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018, que institui a Política Nacional de Segurança da Informação, dispõe sobre a governança da segurança da informação, e altera o, que regulamenta o disposto no art. 24, caput, inciso IX, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dispõe sobre a dispensa de licitação nos casos que possam comprometer a segurança nacional.
- **Decreto nº 10.569, de 9 de dezembro de 2020:** Aprova a Estratégia Nacional de Segurança de Infraestruturas Críticas.
- **Decreto nº 10.278, de 18 de março de 2020:** Regulamenta o disposto no inciso X do caput do art. 3º da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, e no art. 2º-A da Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, para estabelecer a técnica e os requisitos para a digitalização de documentos públicos ou privados, a fim de que os documentos digitalizados produzam os mesmos efeitos legais dos documentos originais;
- **Decreto nº 10.222, de 5 de fevereiro de 2020:** Aprova a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética.
- **Decreto nº 9.832, de 12 de junho de 2019:** Altera o Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018, e o Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012, para dispor sobre o Comitê Gestor da Segurança da Informação.
- **Decreto nº 9.854, de 25 de junho de 2019:** Institui o Plano Nacional de Internet das Coisas e dispõe sobre a Câmara de Gestão e Acompanhamento do Desenvolvimento de Sistemas de Comunicação Máquina a Máquina e Internet das Coisas;
- **Decreto nº 9.756, de 11 de abril de 2019:** Institui o portal único "gov.br" e dispõe sobre as regras de unificação dos canais digitais do Governo federal.
- **Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018:** Institui a Política Nacional de Segurança da Informação, dispõe sobre a governança da segurança da informação, e altera o Decreto nº 2.295, de 4 de agosto de 1997, que regulamenta o disposto no art. 24, caput, inciso IX, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dispõe sobre a dispensa de licitação nos casos que possam comprometer a segurança nacional. Alterado pelo Decreto nº 9.832, de 12 de junho de 2019. Alterado pelo Decreto nº 10.641, de 2 de março de 2021.
- **Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018:** Institui a Política Nacional de Segurança da Informação, dispõe sobre a governança da segurança da



informação, e altera o Decreto nº 2.295, de 4 de agosto de 1997, que regulamenta o disposto no art. 24, caput, inciso IX, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dispõe sobre a dispensa de licitação nos casos que possam comprometer a segurança nacional;

- **Decreto nº 9.319, de 21 de março de 2018:** Instituiu o Sistema Nacional para a Transformação Digital e estabeleceu a estrutura de governança para a implantação da Estratégia Brasileira para a Transformação Digital (E-digital).
- **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018:** Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).
- **Decreto nº 9.573, de 22 de novembro de 2018:** Aprova a Política Nacional de Segurança de Infraestruturas Críticas.
- **Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012:** Regulamenta procedimentos para credenciamento de segurança e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, e dispõe sobre o Núcleo de Segurança e Credenciamento.

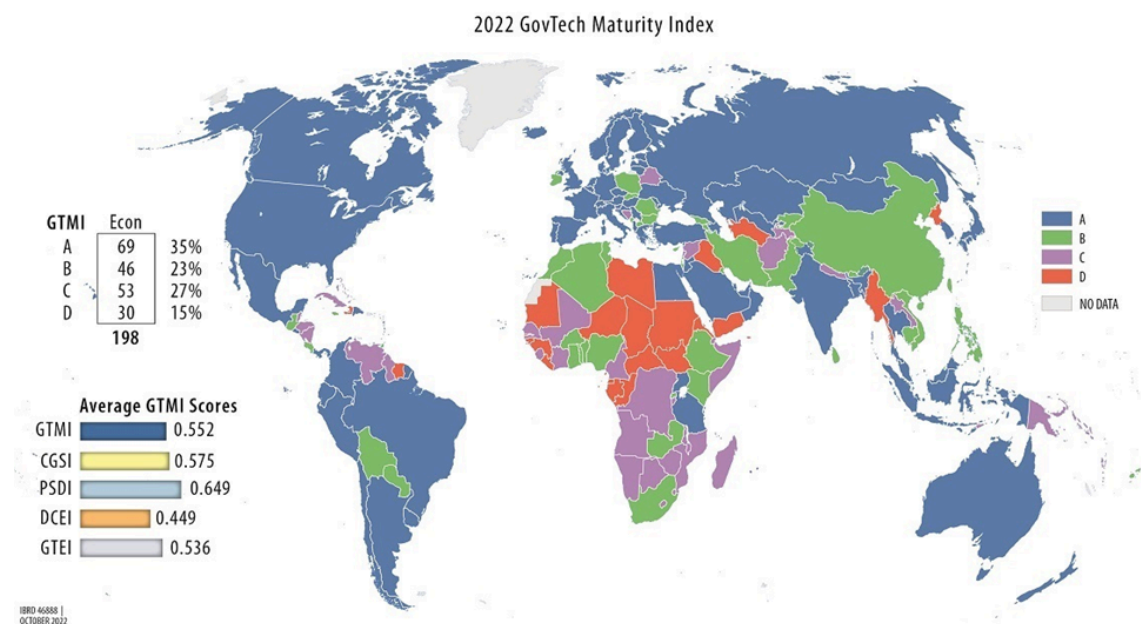
2.5 Governo Digital no Mundo

No mundo, já existem diversos países que se utilizam de ferramentas digitais em prol de seus governos e gestão. Dessa forma, a digitalização de serviços públicos faz com que o poder público e a população sejam beneficiadas. Países como Estônia, Dinamarca, Austrália e Coreia do Sul são referências em disponibilização de serviços digitais de amplo acesso.

O Banco Mundial publicou em 2022, o Índice de Maturidade GovTech (no inglês, *GovTech Maturity Index*) (GTMI). O índice mede a maturidade dos países na transformação do governo digital em quatro áreas de foco GovTech:

1. Sistemas governamentais centrais e plataformas digitais compartilhadas;
2. Prestação de serviços on-line;
3. Envolvimento do cidadão digital;
4. Capacitadores GovTech.

Sua análise destina-se a complementar as terramentas e diagnósticos existentes, fornecendo uma linha de base e referência para a maturidade GovTech e identificando áreas para melhoria. O GTMI coletou informações de 198 economias em todo o mundo e inclui a participação direta de muitos funcionários do governo. É a medida mais abrangente da transformação digital no setor público. Esta iteração captura muitas mudanças e iniciativas que foram lançadas nos últimos dois anos. A pandemia de COVID-19 e os esforços de recuperação subsequentes enfatizaram o valor do digital para os resultados do governo e do desenvolvimento.



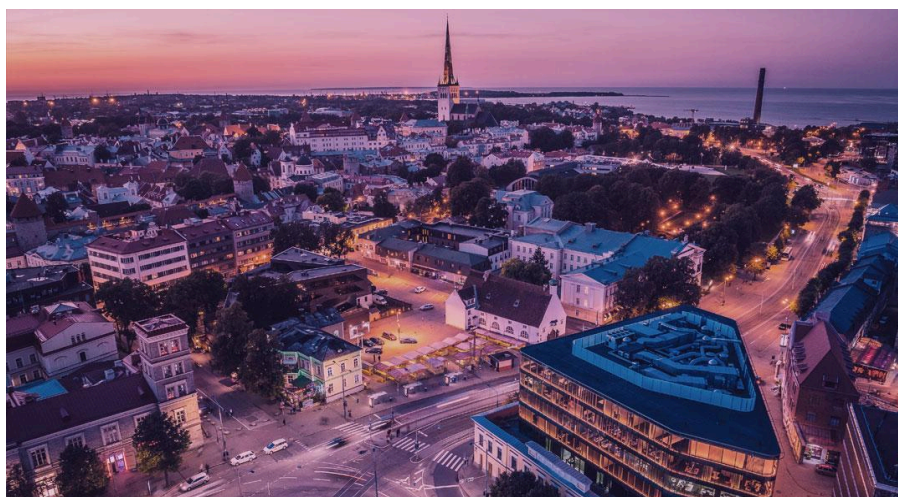
Fonte: Estado da GovTech ao redor do mundo, por GTMI Groups, 2022

Globalmente, 35% das economias estão seguindo boas práticas nas principais áreas de foco. A proporção de economias nos diferentes grupos do GTMI é a seguinte: A (35%), B (23%), C (27%) e D (15%).

As descobertas iniciais da atualização do GTMI de 2022, revelam que os indicadores no conjunto de dados global GovTech são relevantes para capturar o progresso na agenda de transformação digital do setor público na maioria dos países. Isto contribui para o auxílio no monitoramento do desempenho/utilização das plataformas existentes frente ao seu avanço no percorrer das necessidades e do tempo.

Estônia

Um país, no norte da Europa, que adotou essa forma de governo digitalmente é a Estônia, cuja transição começou há 29 anos, em 1992. Em menos de duas décadas, o país tornou-se líder mundial em governo digital. Com essa implementação, ocorreram diversos fatores que contribuíram para o desenvolvimento do país, como a criação de empresas, o crescimento da economia e o aumento do investimento estrangeiro. Investidores como bancos e empresas transformaram os esforços políticos, legais e técnicos da Estônia em uma chance de melhorar os procedimentos de governos digitais, dos melhores países.



Fonte: Google Imagens - Estônia

Como uma das maiores referências mundiais em administração pública digital, atualmente, neste país, apenas três categorias de serviços precisam da presença física do cidadão, sendo eles o casamento, o divórcio e questões de transferência de imóveis. Com o amplo acesso garantido através dos avanços tecnológicos, todos os demais processos podem ser realizados online, através da assinatura digital que consta no RG (Registro Geral) de cada indivíduo estoniano.

Além disso, a Estônia também é exemplo por transparência entre população e governo, graças à criação de rede de compartilhamento de dados, possibilita-se uma ligação e troca segura entre dados de diferentes portais governamentais. Vale

citar, também, que para garantir a segurança dos usuários e dados, e realizada autenticação em dois fatores e criptografia de ponta a ponta.

Através dessa implementação ocorreram: geração de empregos, criação de empresas, crescimento do comércio e aumento de investimentos externos, ou seja, vários fatores que proporcionaram o desenvolvimento do país.

Dinamarca

A Dinamarca é um dos países com melhor desempenho de governança digital do mundo, segundo relatório da ONU, essa posição de destaque se deve à estratégia do país adotada desde 2016 que prioriza o acesso a serviços digitais e exige legalmente que os cidadãos tenham acesso a eles.



Fonte: Google Imagens - NemID

O governo da Dinamarca começou a passar por uma transformação digital em 2001, quando uma força foi criada para aumentar a eficácia do setor público. Como resultado, foi criada a Agência para a Digitalização, uma divisão do Ministério das Finanças.



Hoje, as soluções digitais fazem parte do dia a dia do povo da Dinamarca. O NemID, lançado em 2007, é a identidade digital utilizada por praticamente toda a população adulta do país. Uma das facilidades promovidas pela identidade digital é o agendamento de consulta médica.

Todas as esferas de poder – o governo federal, os estados e os governos locais – colaboraram em projetos para apoiar o ecossistema govtech. Desde 2001, essas três áreas concordam em uma estratégia compartilhada que inclui uma série de iniciativas com foco em prioridades, incluindo infraestrutura digital, reutilização de dados, segurança de dados, soluções de bem-estar digital e soluções para negócios online.

O objetivo da Dinamarca, bem como vários outros países, é acabar com procedimentos administrativos burocráticos e acabar com a má comunicação entre poder público, empresas privadas e cidadãos. Vitórias importantes foram registradas neste campo.

Austrália

A Austrália, que já ocupa o terceiro lugar no Ranking Governamental Digital do Relatório da ONU, trabalha desde 2015 para melhorar a forma como presta seus serviços ao público em geral. O processo de digitalização governamental começou com a criação da Agência de Transformação Digital (DTA), cujo objetivo é orientar e liderar a transformação digital de todas as organizações do setor público australiano.

Através dessa estratégia, o governo da Austrália objetiva nutrir o futuro digital para liberar potencial desta transformação, a fim de fornecer serviços simples, úteis, respeitosos e transparentes para todos os cidadãos australianos.

A Estratégia de Governo Digital se baseia nas sólidas Estratégias de Transformação Digital de 2018, passando a ter o foco na aceleração da transformação digital dentro do governo, para tornar a Austrália um dos três principais governos digitais do mundo até 2025.



Australian Government

Digital Transformation Agency

Fonte: Google Imagens - Agência de Transformação Digital (DTA)

Apoiada por uma coleção de resultados quantificáveis, que serão utilizados para acompanhar o avanço no fornecimento de acesso fácil aos serviços online para indivíduos e empresas, a estratégia garante que tudo que o governo faz seja centrado nas pessoas e em seus negócios.

Ao usar a estratégia, garante-se que nossos principais facilitadores de dados, privacidade, segurança e governança colaborem no desenvolvimento contínuo dos recursos digitais necessários para atingir nossos objetivos políticos de maneira eficaz e eficiente.

Coreia do Sul

A história do governo eletrônico na Coreia do Sul começou em 1987, quando a administração do estado do país começou a ser informatizada. Desde então, o governo eletrônico sul-coreano ganhou reconhecimento internacional. O site do governo oferece mais de 722 tipos diferentes de serviços online para os cidadãos.

O avanço tecnológico do país é tão conhecido que, em março de 2021, uma comissão do MCT (Ministério de Ciência e Tecnologia) liderada pelo ministro Marcos Pontes, deixou o país para conversar com representantes da Coreia do Sul sobre ciência e tecnologia.

um dos destaques desse governo digital e a forma como a economia e organizada por meio de plataformas digitais que permitem que todos os atores econômicos colaborem entre si para realizar negócios. Um outro destaque do país no âmbito digital é o site e-people, permitindo a democracia direta do país, que faz um governo pelo povo e para o povo, com transparência e ampla interação entre governo e população, além da redução da corrupção.



Fonte: Google Imagens - Governo Digital Coréia do Sul

No âmbito tributário, a administração também é realizada quase que totalmente através do meio digital, 24 horas por dia, fazendo com que as pessoas não percam tempo indo pessoalmente às repartições públicas.

O órgão responsável pela tecnologia da informação na Coreia do Sul é a Agência Nacional de computação e informação, considerada uma das melhores empresas públicas de computação de todo o mundo. Esse uso de softwares livres e públicos, dentro dos sistemas governamentais, faz com que haja transparência, confiabilidade, eficiência e segurança, em todos os sistemas desenvolvidos.

Dessa forma, o governo digital configura um componente crucial de avanço do governo sul-coreano. Para permitir que as pessoas vivam melhor com a tecnologia digital, essa digitalização nos serviços públicos estabelece uma sociedade com mais comunicação e tecnologia, construindo uma sociedade sobre informações seguras leva a uma nação desenvolvida.

0. Considerações finais

As possibilidades tecnológicas no mundo atual são de escala, diversidade e nível de convergência nunca imaginadas. O chamado Governo Digital surge neste contexto de tecnologias que podem ser implementadas em quase todas as situações, com custos de baixos à razoáveis, o resultado é ampliar o acesso democrático aos serviços públicos, possibilitando a população maior acessibilidade e envolvimento com as demandas governamentais.

O poder público vem acompanhando a transformação digital e inovando na forma de administrar, mas os desafios no Brasil são muitos e necessitam de uma mudança na forma (*mindset*) de gerir as atividades, os processos, os recursos e, em especial, a atuação e competências dos colaboradores (servidores públicos).

Para que um governo ofereça serviços digitais, é importante implementar um conjunto de ações que contemplem uma legislação adequada, a definição e simplificação de procedimentos (*workflow*), a implementação de tecnologias com foco na solução de problemas para os cidadãos, a adesão interna e externa, e o permanente acompanhamento e avaliação do desempenho dos serviços oferecidos digitalmente.